



DIÁLOGO DE ALTO NÍVEL SOBRE A POLÍTICA TRIBUTÁRIA DO ATAF: ASSEGURAR O LUGAR DA ÁFRICA NA TRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA DIGITAL

Victoria Falls, Zimbábue | De 31 de Julho à 1 de Agosto de 2019

NOTA CONCEITUAL

1. INTRODUÇÃO

O Fórum Africano de Administração Tributária (ATAF), juntamente com a Autoridade Tributária do Zimbábue (RRA), e apoiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), está a organizar um diálogo de alto nível sobre o nexo entre política e administração tributária para discutir as considerações da política tributária e administração da tributação da economia digital. Na sequência de uma renovação bem sucedida do mandato dos membros do ATAF no evento anual do ano passado, este ano, o ATAF dará prioridade a uma resposta africana à tributação da economia digital.

2. ANTECEDENTES

Muitos países africanos reportaram preocupações sobre os desafios fiscais que enfrentam à medida que as suas economias se tornam cada vez mais digitalizadas. A digitalização permite que as empresas multinacionais (MNE) realizem negócios nos países africanos sem ou com uma presença física muito limitada. Isto torna difícil para os países africanos estabelecerem direitos de tributação sobre os lucros que as empresas multinacionais obtêm com as actividades comerciais que realizam.

Na era de uma economia globalizada, África está também a proporcionar conveniência aos seus cidadãos através do comércio electrónico. As comunicações digitais globais atravessam as fronteiras territoriais e criam um reino de actividade humana que desafia a viabilidade e a legitimidade de leis baseadas nas fronteiras geográficas. Isto diz respeito especialmente às transacções que são realizadas electronicamente (comércio electrónico) através da Internet, que ignoram as fronteiras internacionais uma vez que o "lugar" tem pouco significado no mundo de redes.

Os desafios decorrentes da digitalização afetam os impostos diretos e indiretos. Quanto ao aspeto da fiscalidade direta, o debate incide sobre se as atuais regras fiscais internacionais abordam suficientemente os problemas criados pelas empresas digitais, como as redes sociais, o mercado e as plataformas de motores de pesquisa. Em termos de impostos indiretos, o consumo de serviços pode ocorrer em várias partes do mundo, criando um problema sobre onde tributar o consumo.

3. PANORAMA FISCAL ATUAL E DESAFIOS IMPOSTOS PELA ECONOMIA DIGITAL

A digitalização levanta a questão de saber como é que os direitos de tributação dos rendimentos gerados por transacções transfronteiriças devem ser repartidos entre jurisdições. A atribuição de direitos de tributação entre as jurisdições de residência e de origem tem sido uma questão de grande preocupação para os países africanos desde há muitos anos. Os países africanos são geralmente países de origem e tributados com base na fonte. Os membros do ATAF frequentemente reportam que consideram que o nexos actual e as regras de alocação de lucros são demasiado pesadas a favor da jurisdição de residência em detrimento da jurisdição de origem (Africana).

Os países africanos também estão preocupados que as suas bases fiscais estejam a ser corroídas por fluxos financeiros ilícitos devido à transferência artificial de lucros das multinacionais para jurisdições onde os lucros estão sujeitos a pouco ou nenhum imposto. Consideram que os resultados do projecto BEPS da OCDE/G20 não travam adequadamente estes fluxos ilícitos. Isto deve-se à complexidade de administrar eficazmente e à falta de compreensão adequada para lidar com a mudança artificial de lucros observada na África.

Os desafios incluem:

- a) identificação dos principais desafios da economia digital;
- b) a necessidade de desenvolver regras para enfrentar os desafios fiscais da economia digital;
- c) é necessária uma abordagem holística, que abranja tanto a fiscalidade direta como a indireta.
- d) Os desafios específicos incluem a capacidade de uma empresa ter uma presença digital significativa na economia do outro país sem estar sujeita a tributação devido à falta de nexos com as regras internacionais em vigor;
- e) a atribuição de valor criado a partir da geração de dados comercializáveis relevantes para a localização utilizando produtos e serviços digitais;
- f) a caracterização dos rendimentos provenientes de novos modelos de negócio e a forma de assegurar a cobrança efetiva do IVA no que respeita ao fornecimento transfronteiriço de bens e serviços digitais.

O êxito das reformas fiscais exige um equilíbrio adequado entre os princípios, as políticas e a aplicação pelas administrações fiscais. Por conseguinte, **os objectivos do Diálogo são os seguintes:**

- Reforçar a posição da África no debate sobre a economia digital, bem como no debate sobre os direitos de tributação;
- Informar as principais partes interessadas sobre os vários desenvolvimentos em curso na arena fiscal mundial, em especial e especificamente no que diz respeito à tributação da economia digital;
- Galvanizar o apoio às abordagens africanas através do trabalho técnico do ATAF na defesa da posição africana para superar os desafios colocados pela economia digital;
- Explorar a forma como as atuais propostas avançadas pela OCDE terão impacto nos países em desenvolvimento e como os melhores países africanos podem responder.

4. DIÁLOGO DE ALTO NÍVEL SOBRE POLÍTICA TRIBUTÁRIA

O objectivo deste Diálogo de Alto Nível é reunir as principais partes interessadas do Ministério das Finanças e da Administração Tributária para formar uma rede proposta que irá assegurar a coordenação das decisões e acções da política tributária e da administração tributária num ambiente fiscal global em constante mudança. Através de um

processo de consulta e diálogo, a reunião vai delinear as prioridades e as questões mais importantes relacionadas com os impostos para a colaboração entre os Ministérios das Finanças e das Administrações Fiscais. O quadro irá, assim, assegurar um envolvimento crítico nos objectivos, impacto e implementação das principais políticas.

5. PÚBLICO-ALVO

O Diálogo de Alto Nível destina-se aos Altos Funcionários dos Ministérios Africanos das Finanças (Ministros, Secretários Permanentes/Directores-Gerais) e das Administrações Fiscais (Comissário Geral/Comissário Geral Adjunto). Representantes seniores das organizações internacionais e continentais serão convidados a contribuir para a compreensão das questões em causa; enquanto a legislatura e a Sociedade Civil vão se empenhar não só nas reformas legais mas também na advocacia requerida para alcançar a mudança necessária.

6. ESTRUTURA DO DIÁLOGO

O diálogo será conduzido através de debates com os princípios chave da política tributária (Ministros das Finanças e Secretários Permanentes), Imputações da Família Financeira (administrações tributárias, bancos centrais) e principais instituições africanas (por exemplo, CUA, CEA, NEPAD, HLP, PAP) onde será apresentada uma área específica de preocupações fiscais para os países africanos e um subsequente diálogo de alto nível será mantido. A reunião dará oportunidades a várias partes interessadas para avaliar os seus avanços na implementação de normas internacionais, ao mesmo tempo que vai isolar desafios africanos únicos e oportunidades para a introdução de uma nova perspectiva africana a nível global.

Os painéis de discussão centrar-se-ão em temas como, por exemplo:

- Quais são os principais desafios tributários que os países africanos enfrentam com a digitalização das suas economias?
- Que mudanças são necessárias nas atuais regras tributárias globais para enfrentar os desafios que a digitalização coloca à África?
- Como é que os atuais projetos de propostas do ATAF para alterar as regras fiscais globais podem ajudar a enfrentar esses desafios?
- Que modalidades a política e a administração tributária podem utilizar para garantir uma resposta africana através do ATAF sobre a tributação da economia digital?

7. RESULTADOS ESPERADOS

- Maior consciência e compreensão do impacto da digitalização na economia africana.
- Uma compreensão mais profunda dos desafios tributários decorrentes da digitalização das economias africanas.
- Continuação do desenvolvimento de uma proposta africana de revisão das regras fiscais globais para enfrentar esses desafios.
- Reforçar a colaboração entre os Ministérios das Finanças Africanos e as administrações tributárias para criar regimes tributários eficazes para as empresas digitalizadas na África.
- Maior colaboração entre todas as partes interessadas para melhorar o trabalho da advocacia tributária na África, com o foco principal nos desafios tributários da digitalização.